

## EDITORIAL

---

Esse editorial é muito especial pois marca o fim de um ciclo para mim e para a revista. Depois de quase oito anos à frente da RDB é o momento de buscar novos desafios e abrir espaço para que outros tragam novas ideias e importantes contribuições para que a revista continue a sua trajetória de vanguarda como foi idealizada. Como diria Fernando Teixeira de Andrade: “há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.

Desde a minha época de representante discente da Federação dos Pós-graduandos em Direito (FEPODI) e da Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG) e, conseqüentemente, participação na CAPES/MEC e no CNPq/MCTI percebi a necessidade do aprimoramento das revistas na área do Direito. Naquele período tive a oportunidade de acompanhar e compreender melhor os objetivos e critérios de avaliação de periódicos do Sistema *Qualis* e suas alterações desde então. Na condição de conselheiro desses órgãos governamentais, bem como pesquisador da área do Direito, recorrentemente recebia as críticas formuladas a nossa área, principalmente em razão da predominância da chamada “cultura do livro”.

Durante a minha gestão como presidente do Conpedi (2009-2013) fui estimulado pelos intensos debates nos nossos encontros e congressos nacionais e por diversos coordenadores de programas de mestrado e doutorado a criar a Revista Brasileira de Direito (*Brazilian Journal of Law*). Para isso, procurei a Editora Revista do Tribunais, a qual foi nossa parceira durante os três primeiros volumes. A partir da edição seguinte, a RDB passou a ser editada apenas pelo CONPEDI, ainda na versão impressa e eletrônica.

Por ser uma publicação oficial da sociedade científica do Direito (CONPEDI), a Revista de Direito Brasileira sempre teve por finalidade induzir a aproximação e o diálogo do Direito com as demais áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que buscava alcançar um novo patamar de qualidade dos periódicos jurídicos.

Nesse sentido, em 2011 a Revista atingiu seu primeiro objetivo de ter uma versão eletrônica, incomum para a época. Neste primeiro ano, muito embora programada para ser semestral, a Revista teve apenas um volume, publicado no segundo semestre. Em 2012 a periodicidade continuou a ser semestral com a publicação de dois novos volumes. E a partir de 2013 tomou o seu formato atual, qual seja, quadrimestral. As primeiras edições tiveram uma média de 15 artigos por volume e de 2013 até o final de 2018 uma média superior a 20 artigos por volume.

Todas as edições trouxeram artigos inéditos, nacionais e estrangeiros, sendo 25% dos artigos enviados, a cada edição, por autores convidados de significativo conhecimento do tema, principalmente estrangeiros. Já os artigos restantes passaram necessariamente pelo sistema *Double Blind Peer Review*. Importante destacar, ainda, que o corpo de avaliadores da RDB sempre foi constituído por professores de programas de mestrado e doutorado em Direito de todo o Brasil, reconhecidos pela CAPES/MEC, indicados pelos seus respectivos coordenadores.

A partir de 2015, a gestão editorial da RDB foi automatizada por meio de um sistema operacional concebido pelo *Public Knowledge Project – PKP*, sendo este sistema conhecido como *Open Journal Systems (OJS)*. A plataforma digital *OJS* adotada pela RDB é conhecida no Brasil como Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), tendo sido traduzido e customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT.

Ainda, durante minha gestão como editor, a Revista foi registrada em 18 indexadores, quais sejam: *EBSCO Host publishing, e-Revit@s, Journal Directory - Petra Christian University, Proquest central, Ulrich's Periodicals Directory, NewJour - Electronic Journals and Newsletter, Academic Journals Database, WZB - Berlin Social Science Center, ZDB: Zeitschriftendatenbank, Genamics Journal Seek, Electronic Journals Library, OCLC WorldCat, Gale Cengage Learning,*

*Latindex, Brazilian Institute of Information in Science and Technology, Public Knowledge Project – PKP, Bielefeld Academic Search Engine e Google Scholar.*

Com essas evoluções, a RDB atingiu o extrato B1 na classificação de periódicos pela CAPES/MEC no triênio 2010-2012 e, no quadriênio 2013-2016, finalmente, a Revista atingiu o extrato A1 na área de avaliação do Direito.

Dentre as dezenas de instituições de ensino superior – associados institucionais – que participaram da criação e formatação desta revista, agradecemos a valiosa colaboração da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), que muito contribuíram nos primeiros anos de nosso periódico.

Agradeço em especial a inestimável colaboração e trabalho das professoras Dra. Adriana Silva Maillart e Dra. Samantha Ribeiro Meyer-Pflug sem as quais essa missão certamente se inviabilizaria. Por fim, consignamos os nossos mais sinceros agradecimentos à equipe da Editora Revista dos Tribunais em nome do seu ex-presidente Antônio Belinelo pelo apoio e parceria que nos permitiu concretizar esse projeto fundamental do CONPEDI durante a edição dos três primeiros volumes da RDB. Agradeço a toda excelente equipe e diretorias do CONPEDI (do passado e do presente) que desde o início até hoje confiaram no meu trabalho e me permitiram concretizar os objetivos traçados inicialmente.

É chegada a hora de fazer a travessia e com muita alegria e sensação de dever cumprido entrego essa joia, da nossa sociedade científica, nas mãos de um amigo e companheiro de luta pela educação jurídica de qualidade no país, o professor Dr. Marcelo Campos Galuppo, o qual será o novo Editor-chefe. Assim, a partir de 2019 estarei ao lado do professor Dr. Raymundo Juliano Rego Feitosa auxiliando na importante tarefa de coeditor da RDB.

Com efeito, para concluir meu trabalho como Editor-chefe da Revista Brasileira de Direito apresento com muita satisfação o último volume de 2018. Como de praxe, a Revista está dividida em duas seções: a Primeira Parte, com artigos de variados temas dentro da nossa linha editorial “Jurisdição Constitucional” e a Segunda Parte - Especial, desta vez, abordando a temática “Asilo Político, Extradicação e Refugiados”.

A Primeira Parte se inicia com o artigo intitulado, “A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E RECONHECIMENTO DA DIGNIDADE HUMANA DA PESSOA PRESA”, em que os autores Ivan Dias da Motta e Thiene Nogueira Sela discutem o acesso à informação, à cultura, à formação e, conseqüentemente, às condições mais dignas de vida ao encarcerado.

No texto “THE EFFECTIVENESS OF CARBON NEUTRALIZATION: FUNDAMENTAL RIGHT TO DEVELOPMENT”, os autores Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira e André Luís Cateli Rosa abordam o problema da neutralização de carbono em decorrência do efeito estufa, abrangendo os mecanismos internacionais para tal fim.

Em seguida, os autores Cássio Luís Casagrande e Dalton Robert Tibúrcio, no artigo “ARRANJOS INSTITUCIONAIS NO PROCESSO CONSTITUINTE DE 1987-1988: UM ESTUDO DE CASO A PARTIR DA COMPETÊNCIA CONGRESSUAL PARA SUSTAR ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO”, investigam a relação de competência exclusiva do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo com o projeto parlamentarista, que dirigiu grande parte do processo constituinte sobre a organização dos Poderes.

Em seqüência o artigo “ESTRATÉGIAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PATRIMONIAL ANTES DO ADVENTO DAS LEIS 11.977/2009 E N. 13.465/2017: UM ESTUDO DE CASO DA ATUAÇÃO DO ORGÃO DE TERRAS DO ESTADO DO PARÁ”, em que as autoras Luly Rodrigues da Cunha Fischer e Erica Ferreira dos Santos analisam o processo de regularização fundiária urbana de bens públicos feito pelo estado do Pará, ocorrido em Belém (1992-2002) e fazem um prognóstico dos efeitos da Lei n. 13.465/2017 para a atuação estatal. Já

em “MOBILIZAÇÃO DO DIREITO E ENFRENTAMENTO AO PRECONCEITO: OS MOVIMENTOS FEMINISTA, NEGRO E LGBTQ E A CONSTITUIÇÃO DE 1988” a autora Clara Moura Masiero verifica se os dispositivos constitucionais, que visam ao enfrentamento do preconceito e da discriminação, decorrem de demandas formuladas por seus respectivos movimentos sociais, sobretudo dos movimentos feminista, negro e LGBTQ.

Em “DEFICIÊNCIA: A LUTA DE SÉCULOS PELA INCLUSÃO SOCIAL E CIDADANIA”, as autoras Helena Beatriz de Moura Belle e Helen Samara da Silva Costa discutem a evolução histórica da acepção da deficiência, bem como as alterações de seus significados, com fulcro na descrição do processo evolutivo desta abordagem, carente de atenção em sua efetividade. No mesmo sentido trabalham Hugo Daniel da Cunha Lança Silva e Bruno Domingos no artigo “NÃO SOU DEFICIENTE: SOU UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA. UMA ONTOLOGIA DOS DIREITOS”.

No artigo “A RECEPÇÃO PELO ORDENAMENTO BRASILEIRO DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS OU DEGRADANTES”, Cleide Aparecida Gomes Fermentão e Leticia Facci de Castro esclarecem sobre a adesão de tratados internacionais por manifestação de vontade do Estado e o seu não cumprimento integral pelo próprio ordenamento jurídico.

Na sequência “O INEXISTENTE DIÁLOGO ENTRE OS JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ E A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS” os autores Claudia Maria Barbosa, Cinthia Obladen de Almendra Freitas e Rafael Osvaldo Machado Moura classificam, à luz da teoria do discurso, como os julgados da Corte paranaense abordam os precedentes do SIDH.

Já no artigo “UMA TEORIA CRÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS”, Rodrigo Alvarenga e Marcela Fernandez Muniz de Melo respondem quais são as perspectivas atualmente hegemônicas sobre o que se entende por desenvolvimento, a fim de avaliar sua relação com os direitos humanos.

Por sua vez, David Barbosa de Oliveira apresenta o artigo “REDEMOCRATIZAÇÃO E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NA ARGENTINA E NO PERU: UMA ANÁLISE COMPARADA DAS LEIS DE ANISTIA E DE SEUS JULGAMENTOS PELA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS”, o qual realiza uma análise comparada sobre as leis de anistia da Argentina e do Peru.

No interessante artigo “TERCEIRO SETOR, ROTARY INTERNACIONAL E FUNDAÇÃO ROTÁRIA: DO VOLUNTARISMO AO IMPACTO GLOBAL NA EFETIVAÇÃO DE DIREITOS”, Fernando Gustavo Knoerr, Viviane Sellos Knoerr e Leonardo Sanches Ferreira analisam o reflexo e a influência do Rotary Internacional e da Fundação Rotária, que integram o terceiro setor, quanto ao impacto global que produzem através de seus projetos e de que forma auxiliam na efetivação de direitos constitucionalmente previstos.

Por sua vez, “O NOVO CPC, OS PRECEDENTES VINCULANTES E A DISCUSSÃO SOBRE A (IN) CONSTITUCIONALIDADE DE SUA PREVISÃO INFRACONSTITUCIONAL”, Rogerio Mollica e Ocimar Barros de Oliveira discutem precedentes vinculantes em sua conceituação, origem, diferenciação e aproximação entre os sistemas do *common law* e *civil law*.

Já no artigo intitulado “A PERSPECTIVA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SOBRE DISCURSO RACISTA: ANÁLISE CRÍTICA”, os autores José Renato Gaziero Cella e Lahis Pasquali Kurtz analisam o caso *Ellwanger* a fim de verificar quais foram os elementos discutidos que influenciaram na tomada de decisão, que terminou por denegar o remédio constitucional de *habeas corpus* a *Ellwanger*, editor de livros revisionistas antissemitas condenado por crime de racismo.

Em “CIBO, SALUTE, PRETESE: RIFLESSIONI DALLA TEORIA DEI SISTEMI” Sandra Regina Martini e Matteo Finco fornecem um quadro teórico para a análise das crescentes

demandas de direitos e manifestações de interesse (individuais e coletivos) relacionadas a alimentos na contemporaneidade.

No texto “LIMITE DA JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS SOB O PRISMA DA COMPREENSÃO HERMENÊUTICA DE FRIEDRICH MÜLLER” os autores Lucas Gonçalves da Silva e Ana Patricia Vieira Chaves Melo debatem a judicialização da política e sua relação com a constitucionalização do direito e com o princípio da fundamentação das decisões judiciais.

Por sua vez, o artigo “A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E O CONTROLE HERMENÊUTICO DA DECISÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS: POR UM PROCESSO DECISÓRIO E UMA FILOSOFIA PROCESSUAL NO DIREITO ADMINISTRATIVO”, Fernando Rodrigues Martins e Gustavo Nascimento Tavares erguem um juízo de probabilidade sobre a aplicação da hermenêutica e do processo na construção, e na fiscalização das decisões administrativas.

Em “ETHICAL CONSUMPTION FOR THE PROMOTION OF HUMAN DIGNITY IN A GLOBALIZED WORLD” Mateus Bertoni e Elaine Braga Martins Ribeiro Lins debatem práticas de consumo que contribuem para a manutenção de um ambiente ecologicamente equilibrado e para redução das violações da dignidade humana. No artigo “APRENDIZAGEM COOPERATIVA, DISPOSIÇÃO FÍSICA E METODOLOGIA NO ENSINO JURÍDICO”, os autores Emerson Ademir Borges de Oliveira, Jefferson Aparecido Dias e Fernanda Mesquita Serva apresentam um modelo de sala de aula para os cursos jurídicos que promova metodologias participativas e ensino pluriversitário. Na sequência, “O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO DIANTE DO PENSAMENTO SISTÊMICO: UMA ABORDAGEM SOBRE DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE NA ATUALIDADE” de autoria de José Fernando Vidal de Souza e Stephanie Vienna promovem uma análise do conceito de desenvolvimento como liberdade, inserido na evolução histórica dos Direitos Humanos.

Na Segunda Parte, a Especial, dedicada ao tema “Asilo Político, Extradicação e Refugiados” encontram-se quatro artigos. O primeiro artigo “EL DISCURSO DE CUALIFICACIÓN DE LOS REFUGIADOS Y MIGRANTES COMO ENEMIGOS: DE LAS CRISIS MIGRATORIAS CONTEMPORÁNEAS A LA CREACIÓN DE UNA CONJECTURA DE INSEGURIDAD SOCIAL” os autores Pedro Garrido Rodríguez, Luciano de Oliveira Souza Tourinho e Ana Paula da Silva Sotero fazem uma análise do panorama migratório, a partir da lógica de seus efeitos, especialmente em relação à construção de discursos de polarização sistêmica entre os nascidos e residentes no país de acolhimento e os deslocados (in) voluntariamente de seu território de origem. Já em “LOTTA AL TERRORISMO INTERNAZIONALE TRA STRATEGIA DELLA TENSIONE E VIOLAZIONE DEI DIRITTI UMANI”, Ubaldo Nazzaro reflete sobre estratégias que envolvem a tensão e violação dos direitos humanos. Em seguida, no artigo “RÉFLEXIONS SUR LA RESPONSABILITÉ INDIVIDUELLE ET COLLECTIVE DES CRIMES NAZIS”, Rainer Maria faz algumas reflexões sobre a responsabilidade individual e coletiva pelos crimes nazistas. E, para finalizar a Parte Especial, o artigo “EXTRADIÇÃO E CIDADANIA TRANSNACIONAL” de autoria de Samyra Napolini Sanches e Ana Carolina Souza Fernandes, que analisa o conceito cidadania transnacional e sua incidência sobre o instituto da extradicação.

Para abrilhantar a última Edição do ano de 2018, recebemos, além dos artigos da Parte Geral e da Parte Especial, a Opinião Jurídica sobre a “EXCLUSÃO DO ICMS-ST DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS (RE 574706)”, dos autores Ives Gandra Silva Martins e Fátima Fernandes Rodrigues de Souza.

Além da Opinião Jurídica, temos o prazer de disponibilizar nesta edição a Entrevista “ÉTICA, DIGNIDADE HUMANA E REFORMA TRABALHISTA” com Marlene Suguimatsu, a qual foi entrevistada pelo professor Edimar Brígido.

Por fim, agradeço a todos os autores, assim como avaliadores, além de toda a equipe da RDB, pessoas que se empenharam fortemente em todas as etapas de construção deste nosso periódico. Deste modo, espero e desejo que os artigos e temas aqui selecionados contribuam para novas reflexões acadêmicas e para o aprofundamento dos debates.

Boa leitura! Um excelente 2019 e muito sucesso ao nosso novo Editor-chefe.

Vladmir Oliveira da Silveira

Editor-chefe

Verão 2018/2019.